

Título: A SBPC entre o Plano Nacional de Ciência e a extinção dos institutos paulistas.

GABRIEL AMABILE BOSCARIOL*

Discutir o planejamento da ciência no Brasil é levantar uma grande quantidade de informações sobre instituições, planos de execução, trabalhos dedicados a tarefa tanto da esfera institucional quanto na das sociedades civis de cientistas. A história desse planejamento é bastante complexa e intrincada por uma série de fatores que podem trazer importantes discussões sobre os períodos em que levaram ao desenvolvimento da ciência brasileira.

As instituições que tiveram papel importante para a formulação da política nacional estão o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Ministério do Planejamento, essencialmente são as que lidaram diretamente com o assunto. Os programas realizados com o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Básico de Desenvolvimento Tecnológico vinham de toda uma experiência realizada na década de 1960 (MINDLIN, 2003).

Além do planejamento nessa área tão essencial e básica quanto a ciência, temos entre os personagens os próprios cientistas. Organizados principalmente entre a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) quanto as associações representativas de cientistas. Foram abertas a discussões sobre os planos e sendo convidados a assessorarem no referente a política científica, fossem para atender exigências ou garantir legitimidade diante da comunidade científica.

A atuação dessas duas instituições e a formação do planejamento nacional durante a década de 1970 gerou uma série de debates sobre o papel e os instrumentos para alcançar o desenvolvimento da ciência nacional.

Nesse artigo procuramos analisar e discutir uma situação que se desenvolveu em duas esferas, na federal e na estadual. De 1974 e 1975 respectivamente é o último ano do I PND e do I PBDCT, também o primeiro dos II PND e II PBDCT. Esse planejamento na esfera federal se devia a interesses de estado que estavam dentro de uma proposta de segurança nacional. Também se misturava o discurso nacionalista nas áreas de defesa, mas, uma posição muito forte em prol da iniciativa privada, quando relacionada a economia. A ligação entre o

* Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Campus Assis, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História sob orientação do Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira, Bolsista Capes.

sistema público de pesquisa, universidades e institutos e as empresas foi um objetivo constante dos Planos.

O material usado para descrever a situação envolvendo a Ciência e Cultura demonstra em certa medida a reação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ao processo de planificação das instituições da área de C&T. Órgãos científicos no Brasil foram sendo constituídos ao longo de todo o século XX.

No início do século isso dependeu muito de situações emergenciais da saúde, as necessidades da agricultura que enfrentava pragas e problemas para expandir e aumentar a produção das culturas que seriam exportadas. Dessa forma figuras como Carlos Chagas, Oswaldo Cruz Vital Brasil e Adolpho Lutz com o prestígio adquirido construíram institutos e deram início a estruturação da ciência brasileira. Estimularam a produção científica e procuraram pressionar para aperfeiçoar as políticas de estado voltadas para a ciência (FERNANDES, 1990).

Nos anos 1940, principalmente após o fim da segunda guerra mundial, se desenvolvia um importante grupo, ou grupos, que se organizavam na defesa da produção científica nacional e do estímulo ao trabalho em ciência. Nesse movimento vai dar início a preferência as universidades em detrimento dos institutos. Nesse ponto alguns institutos se sobressaem após a morte de seus fundadores, enquanto outros sofrem com a perda de funcionários, verba e do apoio do governo.

No artigo procuramos mostrar de início a discussão de forma contextualizada para que seja compreensível o objetivo do artigo que é mostrar a atuação da comunidade científica por meio da SBPC.

A SBPC e os Planos, discussão entre os Planos Nacionais de Desenvolvimento e a decisão do Governo de São Paulo.

A SBPC deve ser entendida dentro de seu contexto nessa época. Como um dos poucos espaços públicos onde uma grande quantidade de universitários, cientista, pesquisadores, professores e interessados por ciência poderiam discutir livremente (FERNANDES, 1990). Fundada em 1948 com o objetivo de defender a ciência e o cientista brasileiro foi crescendo

em importância e no seu número de membros. A SBPC pode creditar como uma importante organização para a "comunidade científica" (SCHWARTZMAN, 1979) podendo ser confundida com ela, ou ainda aparentar como tendo função de um "partido da ciência" (BURGOS, 1999).

A definição de cientista e ciência é diferente conforme o grupo e a instituição a qual definem essas limitações. Para a SBPC que possui uma definição bastante abrangente é definido por aqueles que praticam a ciência de forma tanto profissional, quanto de forma amadora. Isso é devido a posição de ser uma organização que tem entre os seus objetivos defender o cientista e a ciência nacional. Em vários assuntos que a associação defende a defesa do ensino de ciências, a pesquisa e o estímulo a produção de ciência. Para a defesa das políticas voltadas para esses objetivos necessitou a uma politização do discurso da SBPC, adotando termos em defesa da liberdade e defesa da democracia, contra o autoritarismo. Um discurso que se torna mais sistemático durante o regime militar.

Essa politização do discurso da ciência foi o que marcou durante a ditadura militar, principalmente dentro de seus objetivos, que não apenas relacionados a ciência. E um dos principais objetivos da SBPC que é a defesa da Ciência, viu na extinção dos institutos um golpe para a pesquisa básica de São Paulo e em consequência do país.

A área de atuação tendeu para uma politização, no sentido de se envolver na política fora da comunidade, de suas atribuições enquanto órgão que dizia representar a comunidade científica. Desse jeito suas críticas ou elogios aos governos que desenvolveram, ou causavam "prejuízos" a ciência nacional transpareciam em suas Reuniões Anuais, que se tornaram referência durante a Ditadura Militar do posicionamento desse grupo social frente ao regime. Os programas voltados para ciência e tecnologia dos governos militares tenderam a uma aproximação ao governo, visando auxiliar na elaboração dos programas de ciência e assessorar em questão dos mecanismos para o sucesso desses planos.

Existia uma ligação de continuidade, devido a isso foi escolhido esses anos para serem discutidos sobre o planejamento. Em 1974 e 1975 vemos a saída de Emilio Garrastazu Médici, presidente do país durante 1969 a 1974, e a entrada de Ernesto Geisel, em 1975 e 1979. Mesmo com a mudança dos presidentes foi garantido a continuidade e a extensão dos

Planos, isso demonstrava interesse e a manutenção de um projeto para o país, ponto ressaltado pela própria SBPC em periódico.

O decreto n.º 225/75, de 15 de janeiro de 1975, criou o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNDCT). Estabeleceu que seria regulado de acordo com o PBDCT e tinha como financiamento o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A Aplicação dos recursos do fundo serão feitos conforme as diretrizes atribuídas pelo presidente da república, por indicação da secretaria do Planejamento. Dessa forma a reorganização do setor se concentra no CNPq e a estrutura a organizava em forma de Sistema com um fundo específico.

Com relação a área de ciência as críticas que foram realizadas aos planos eram a respeito da falta de definição e clareza dos conceitos e processos que seriam apresentados ao longo dos planos analisados. Dessa forma podemos discutir um pouco sobre atuação da SBPC por meio da discussão dentro de sua revista, Ciência e Cultura. Essa revista que seria uma das ferramentas de discussão e apresentação de propostas e da situação da ciência no Brasil é importante fonte para o posicionamento da comunidade científica sobre o planejamento da ciência no Brasil.

Discutindo os Planos e o Projeto 205.

Em fins de Junho de 1974, o governador de São Paulo, Laudo Natel, envia projeto a Assembleia Estadual, que mediante decreto, extinguiu institutos e criou empresas para realizar serviços de pesquisa tecnológica.

" O projeto que, depois de criticado na Reunião Anual da SBPC, em Recife, provocou muita celeuma entre cientistas, na Assembleia Legislativa e na imprensa, foi rejeitado quanto ao mérito pela comissão própria, da Assembleia Legislativa, o que devia determinar seu arquivamento, segundo entendimento que a própria Assembleia vinha mantendo." (CIÊNCIA E CULTURA, 1974 p. 968)

O projeto 205 foi rejeitado amplamente pela SBPC principalmente pela proposta de simplesmente extinguir os institutos e em substituição criar três empresas de pesquisa. Supostamente deveriam trabalhar como empresas de pesquisa sobre demanda, o que se

considerava a "morte" dessa estrutura, pois não existia demanda para se criar e manter várias empresas para finalidade de pesquisa.

" Porque nem eles, nem ninguém pode ter a menor dúvida de que o projeto 205, nada mais é que um atestado de óbito para os nossos Institutos de Pesquisa. Essa verdade que nos parece tão óbvia, a nós cientistas, não parece tão óbvia aos senhores economistas que falam em nome do governo".(CIÊNCIA E CULTURA, 1974 p. 968)

Pelo projeto a pesquisa científica ficaria confinada à universidade. Criticada no discurso da Reunião Anual em Recife, pois a pesquisa em Universidade era recente e os institutos eram centros de excelência de pesquisa e formação, sendo que os um grande número dos quadros que formavam a "nova universidade" eram oriundos dos institutos.

Os institutos seriam definidos como órgãos complementares da Universidade, a lógica desse discurso seria extinguir os institutos e "amputar" a universidade dessa instituição. Para a SBPC ao invés de procurarem o lucro imediato, deveria ser realizada a ampliação de investimentos para que o desenvolvimento dos institutos acompanha-se o das universidades.

Com relação a crítica de que os institutos não teriam a capacidade de fazer pesquisa no discurso o autor cita institutos científicos que são de reconhecimento internacional. Instituto Pasteur, Max Planck e os Institutos Nacionais de Pesquisa na Inglaterra. E a transformação dos institutos em empresas seria o controle privado da pesquisa e de que forma poderia ser evitado uma situação onde empresas concorrentes poderiam roubar ou retardar as pesquisas de suas companhias prevendo ganhos com tal atitude.

Durante o ano de 1974, após a exposição do projeto 205 pelo governo de Laudo Natel em São Paulo, foi enviado para a Assembleia Paulista. Em sua maior crítica é um projeto que detinha uma visão muito maior de economistas que pouco conheciam dos processos de formação e trabalho dos pesquisadores. Para a SBPC não aparentava existir preocupação com a atividade científica e sim com certo retorno dessas instituições.

" Na realidade, o projeto do governo não visa nem a um nem a outro tipo de ciência, o que faz é pôr à venda, em liquidação, institutos tradicionais do Estado de São Paulo: o Agrônômico (quase centenário), o Botânico, o Zootécnico e outros, que prestaram relevantes serviços para a solução de importantes problemas nas áreas de aplicação".(CIÊNCIA E CULTURA, 1975: p. 11)

Com a ideia de "vender tecnologia" já é exposto no artigo a falta de interesse no mercado em tal mercadoria, onde é mais barato importar o conhecimento. Para o artigo os Institutos de pesquisa deveriam ser elevados a órgãos complementares da Universidade, ao equiparar a carreira de pesquisador a carreira universitária e a criação de um ambiente "verdadeiramente" universitário. Poderia ser realizado transformando os institutos em Centros Credenciados de Pós-Graduação, expandindo assim o mercado de trabalho para os pós-graduados egressos das Universidades.

Os institutos estariam intimamente ligados a pesquisa aplicada e teriam uma *atitude científica* de resolver problemas mesmo relacionados a ciência básica.

Da mesma forma como relaciona a pesquisa básica que trouxe a compreensão da natureza eletromagnética da luz e ondas por Maxwell e Hertz para as invenções posteriores realizadas na comunicação e eletricidade.

" Cabe aos governos, em vez de extinguir Institutos de Pesquisa de gloriosas tradições e transformá-los em balcão de venda de tecnologia de má qualidade, revitalizá-los para acompanharem o desenvolvimento que se inicia nas universidades brasileiras. Para isso foram sugeridas duas medidas: a carreira do investigador paralela à da Universidade e o credenciamento desses Institutos como centros de pós-graduação Complementares da Universidade, para a realização daquela tecnologia criativa que é a Pesquisa Aplicada aos grandes problemas do País". (CIÊNCIA E CULTURA, 1975: p. 15)

Existia uma grande série de mudanças na área de C&T, a política para a área foi configurada em torno do Conselho Nacional de Pesquisas. Desde os anos 1950 que foi sendo adicionado funções e atribuições de forma que fosse aumentando a complexidade das necessidades da estrutura de ciência e tecnologia a que atendia. A necessidade de um órgão cada vez mais organizado e estruturado discutiu-se durante os anos 1960, que foi alterada no ano de 1974 para ser uma Fundação. Foi elaborado o II PND (1975-1979) e II PBDCT (1975-1979), e avaliados segundo os resultados conseguidos em suas primeiras versões. As mudanças ocorreram de forma a estruturar a área de ciências, sendo o primeiro plano Quinquenal aprovado pela legislatura.

Em editorial referente ao II PND e o II PBDCT, para o quinquênio de 1975-1979.

"Merecem sem dúvidas aplausos as medidas oficiais de apoio à ciência e tecnologia, seja no que tange diretamente ao desenvolvimento das pesquisas pela destinação de verbas adequadas, seja no que se refere à formação de pessoal pós-graduado. Lamentável é, porém, que todo esse empenho do governo paulista, que tomou a iniciativa de enviar à Assembleia de São Paulo um projeto que, anunciando o intuito de formar "empresas de pesquisas", determina a extinção, pura e simples, de antigos e famosos institutos científicos, em vários dos quais se tem desenvolvido programas em convênio com o governo federal." (CIÊNCIA E CULTURA, 1974: 1002)

Embora seja considerada louvável a atenção toda dada a Ciência e Tecnologia por meio dos planos na esfera federal, não é compartilhada com as políticas do governo paulista, uma vez que criticou em vários meios no ano de 1974 o fato da assembleia de São Paulo um projeto que criaria "empresas de pesquisa" com a extinção de vários institutos científicos, de forma pura e simples, com pouco diálogo e respeito a atividade científica.

Demonstração de valor dado a SBPC por meio do Ministro da Secretaria Geral do Planejamento da presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso. Reuniu em 19 de setembro, reuniu a diretoria da SBPC e vários cientistas por ela escolhidos para apresentar a parte do II PND relativa a Ciência e tecnologia e receber opiniões e sugestões a respeito (CIÊNCIA E CULTURA, 1974: pp. 1058-1063).

A participação a discussão do PBDCT foi feita pelo próprio Ministro do Planejamento, demonstrando apoio a comunidade científica, seja por cooptação, ou mesmo por necessidade de acessória. " Anunciou ao mesmo tempo a elaboração, já em andamento, do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT) e convidou a SBPC a apresentar documento com propostas a ele relativas" (CIÊNCIA E CULTURA, 1974: p. 1058).

Acompanhamento da e execução do PBDCT.

Da mesma forma que no PND a nível ministerial deve-se constituir mecanismos de controle e acompanhamento setorial. Dessa forma acompanhar as informações e produzir relatórios periódicos com as devidas análises encaminhadas ao CNPq. Na mesma forma que instituído no decreto n.º 70852, de 20 de Julho de 1972.

"No que diz respeito à pesquisa fundamental e a pós-graduação, o CNPq, em íntima ligação com o Ministério de Educação e Cultura, o BNDE e a FINEP,

desempenha o papel de sistema setorial, além de sua posição de órgão Central do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Para atender a tal finalidade o Conselho constituiu uma Comissão Central com representantes do MEC, BNDE e FINEP e está convocando reuniões de especialistas para formar grupos de trabalho destinados a analisar cada área de pesquisa fundamental e de pós graduação".(CIÊNCIA E CULTURA, 1975: p. 412)

A produção desses relatórios é necessária para uma avaliação e de prover de informações que possam apontar necessidades e indicar previsões que possam auxiliar em sugestões as diretrizes escolhidas para o período de 1974-1975. Além do acompanhamento do atual PBDCT esse trabalho pode resultar em subsídios básicos para a elaboração do novo PND. Na exposição realçou a importância de pelos menos 4,4 bilhões de cruzeiros serem destinados a cada um dos cinco anos de vigência do II Plano à área de ciência e tecnologia. Quantia superior a anunciada na Reunião Anual da SBPC em Recife.

Se refere as providências pelo presidente da república para reestruturar o CNPq. Mudanças a administração, onde o grande conselho, mais diversificado, se responsabilizará apenas pelas grandes decisões, sendo que decisões menores como a concessão de bolsas se dará por um órgão vinculado ao conselho, mas terá função executiva.

A situação de grande crescimento anterior se encontra em um período conturbado e de crise no mundo. Sendo necessário se acostumar e conviver com a situação o país precisa desenvolver mais opções e solucionar seus entraves para continuar a ter altas taxas de crescimento.

Na Política Científica e Tecnológica, já era previsto o II e III PBDCT. Assim como o primeiro Plano Nacional de pós-graduação. Contando com recursos estimados de 22 bilhões de cruzeiros no período. Já se admitia que muito dos recursos iriam para a "atualização da tecnologia". Um certo número de projeto seria beneficiado e executado, aqueles projetos considerados de vanguarda tecnológica para tecnologia própria.

Política para recursos humanos, é muito mais do que apenas um simples programa setorial para a área de Ciência e Tecnologia. "Ciência e tecnologia, no atual estágio da sociedade brasileira, representam uma força motora, o conduto, por excelência, da ideia de progresso e modernização." (CIÊNCIA E CULTURA, 1974: pp. 1060-1062)

No campo econômico o desenvolvimento tecnológico deve servir como dinamizador e modernizador, do mesmo jeito que a industrialização no período do pós-guerra. A tecnologia

deveria ser utilizada para procurar novas fontes internas(nacionais) de energia, principalmente devido a crise do petróleo.

O editorial compara a discussão de política científica empreendida desde a formação do CNPq e mesmo antes com os institutos paulistas. A ação do governo paulista é criticada devido a falta de articulação com a comunidade científica.

" Com a crescente presença do governo federal na coordenação e no estímulo de atividades científicas e tecnológicas. refletida na elaboração de planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico, o assunto ganhou realce , embora não estivesse esquecido antes no Brasil, como atesta a criação do Conselho Nacional de Pesquisas na década de 1950 e das fundações de amparo à pesquisa, em alguns estados,. E como atesta ainda a própria tradição de alguns de nossos melhores institutos científicos, onde jamais se deixou de planejar a ciência em termos nacionais". (CIÊNCIA E CULTURA, 1975 p. 238)

É no fim de 1975, em sua edição de dezembro, que na revista ciência e cultura expõe as mudanças que ocorrem no país ao transformar os institutos de pesquisa em empresas públicas. Mesmo que não seja exclusividade do estado de São Paulo essa atitude, a alteração e extinção de dez institutos não é algo que poderia se fazer sem um maior planejamento e causar algum trauma entre os cientistas. Além disso esse fenômeno de transformar os institutos em empresas foi questionado pela SBPC. Ao trazer problemas relacionados a alteração dos institutos, foram apontados problemas como a função deles *"É tempo de para e meditar: para onde caminha o serviço público? Até onde pode o Estado ser efetivamente empresário? E, se empresário, por que haveria ele de fugir ao dever, próprio do serviço público, de ser um livro aberto?"*. (CIÊNCIA E CULTURA, 1974 p. 1350)

Foi publicado em abril de 1975, em número da Ciência e Cultura, documento preliminar elaborado pela SBPC a respeito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, relativo a área de Ciência. No plano se realça a defesa das políticas de pesquisa para todas as suas formas: básica, de transferência e aplicada. Sendo a produção básica e aplicada a divisão tradicional entre uma ciência que busca expandir o conhecimento e a aplicada que procura utilidade e inovação dos conhecimentos tecnológicos. A pesquisa em transferência é aquela pertencente a engenharia reversa, refazer a tecnologia estrangeiro aos usos e necessidades do país. Entretanto o plano ainda possui uma programação muito genérica.

A necessidade de estruturar de forma sólida para a possibilidade de efetivar as políticas é tão necessária quanto o financiamento que por si só não garante a efetividade das políticas. Contrastou a ação do governo federal e estadual, de São Paulo, uma vez que ela é convocada para dar contribuições para o primeiro e no segundo a passagem de uma lei que extingui dez institutos e cria três empresas públicas no lugar provocando uma crise no setor de C&T paulista.

A SBPC expôs sugestões e procurou auxiliar na formulação do II PBDCT. " Ao contrário do que muitos supõem, a SBPC não é formada de cientistas 'desligados' da sociedade".(CIÊNCIA E CULTURA, 1975: p. 2)

No artigo "Não deixem morrer os institutos de pesquisa", publicada na revista ciência e cultura e no Jornal Folha de São Paulo, buscou justificar a posição dos institutos e de sua função para a ciência. Explica que os Institutos são instituições ligadas a administração direta, que não existe problema desde que sejam respeitados enquanto institutos. Algo que nem a Universidade consegue caso não se respeitem os espaços "autônomos".

" Qualquer que seja o epílogo desse caso, teve ele um aspecto reconfortante. Permitiu aferir a repercussão da voz da SBPC e mostrou a vitalidade do legislativo, peça importantíssima do processo democrático, além de conseguir, talvez pela primeira vez na história da luta contra a demolição da ciência o pública, maciça solidariamente entre os cientistas. Cabe agora à SBPC prosseguir e assegurar a efetiva participação dos cientistas nas deliberações que dizem respeito à ciência. Eles não são meninos entretidos com um brinquedo caro, mas pessoas de formação muito alta preocupadas, tanto quanto os planejadores oficiais em qualquer âmbito, com os grandes problemas nacionais." (CIÊNCIA E CULTURA, 1975:970)

A SBPC procurou estabelecer sua influência e reconhecer certas limitações em sua ação, durante os dois a anos referentes, procuraram manifestar indignação com a extinção dos institutos. O artigo de José Reis demonstra essa compreensão. Em 19 de novembro o Governador Paulo Egídio Martins, que assumiu em 15 de março de 1975.

Conclusão

Dessa forma a pesquisa encontra nesse evento entre a aceitação e discussão dos pontos polêmicos dos PND e PBDCT por parte da SBPC, mas, a situação crítica dos institutos de pesquisa em São Paulo devido ao governo local, mostra que existia uma fragmentação importante de funções da ciência. Fora a dificuldade de implantar um grande Plano para a Ciência sem ter integrado várias áreas distintas. É no meio desses conflitos que a comunidade científica vai tentar discutir seus pontos de vista. Algumas vezes cedendo em alguns pontos,

em outros criticando grandes mudanças que são realizadas sem o pouco de consulta, mesmo que signifique mudar várias das características da carreira até funcionamento do ambiente de trabalho e pesquisa desse grupo.

Enquanto a participação no governo federal aparentava dar resultados a SBPC apoiava e discutia as propostas para que fossem aperfeiçoadas e creditava algumas posições positivas do governo na área de C&T. As instituições detêm grande poder normatizador e de interferir por meio de planejamentos, ou a sua falta, a área de ciência e as categorias que se enquadram dentro de sua definição de cientistas.

Bibliografia

CIÊNCIA E CULTURA. São Paulo: SBPC, 1974 – 1975. Mensal

BURGOS, M. B. **Ciência na periferia: a luz sincrotron brasileira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

FERNANDES, A. M. **A construção da Ciência no Brasil e a SBPC.** Brasília: Editora UNB: ANPOCS: CNPq, 1990.

GUIMARÃES, E. A. **A política científica e tecnológica.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985

MINDLIN, B. **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2003 (Coleção Debates)

MOREL, R. L. M. *Considerações sobre a política científica no Brasil.* Brasília: Editora UNB, 1975.

MOTOYAMA, S. ; QUEIROZ, F. A. ; VARGAS, M. Sob o signo do desenvolvimento.(1964-1985). In:MOTOYAMA, S.(Org.). **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b. Cap. 5, p. 249-316.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.